



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Nº 03/AM/EE/2023

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e seis de abril dois mil e vinte e três, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Pelo Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, em representação da/do/s eleitas/os do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Celebrar o 25 de Abril, o Derrube do Fascismo, a Conquista da Liberdade, da Cidadania, da Dignidade -----

Considerando que: -----

1 – A celebração do 25 de Abril é, e deverá continuar a ser no futuro, a reafirmação dos valores da liberdade e da dignidade cidadã que nortearam a luta de todos os democratas e antifascistas opositores ao antigo regime e que os Capitães de Abril tão bem souberam corporizar nessa madrugada libertadora; -----

2 – Até agora, a história subsequente do País exprime o esforço da esmagadora maioria dos portugueses para a consolidação de um lastro político-cultural de tolerância, abertura ao mundo democrático, respeito pela soberania dos povos cujo exemplo maior foi a descolonização concretizada por Portugal;-----

3 – Atualmente o Mundo democrático, onde Portugal se orgulha de participar, vive sob a ameaça de totalitarismos com a mais diversa inspiração ideológica, patrocínio e organização internacional e que também nos ameaça, exibindo aqui uma duvidosa e questionável máscara de constitucionalidade. -----

4 – Consciente que os valores da democracia e liberdade que nos foram legados pela Revolução dos Cravos se consolidam defendendo-as dia a dia dos ataques desenvolvidos pelo populismo que, com supostas respostas fáceis para problemas complexos, apenas procura o regresso a políticas que a dignidade já rejeitou; -----

5 – Ao exercício dos direitos resultantes da liberdade cidadã que o 25 de Abril não só nos possibilitou mas, mais que isso, para o qual nos convoca, exigindo que, em consciência os exerçamos, se deve associar o princípio da responsabilidade de afirmação do dever da sua salvaguarda e aprofundamento democrático, sempre no respeito pela pluralidade potenciadora de um crescimento culturalmente sustentado;-----

6 – É perante a atual e as futuras gerações que temos de responsabilmente responder pelas ações e omissões da ação política que promovemos, inevitavelmente dentro do quadro político e cultural que a história vai construindo e que decisivamente nos condiciona;-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 26 de abril de 2023, aprova:

1 – Um Voto de congratulações por mais um ano de exercício de uma cidadania plena, amante da democracia e da dignidade humana, assinalando assim vincadamente esta data tão marcante e decisiva na História de Portugal. -----

2 – A inscrição, (em sede de revisão do Regimento da Assembleia Municipal) no Artigo 9º do Capítulo III do Regimento da Assembleia Municipal a realização, todos os anos, de uma sessão solene no dia 25 de Abril;-----

3 – A criação de um Grupo de Trabalho, composto por 1 representante de cada força política representada nesta AM que se queira associar a esta defesa dos ideais democráticos legados pela revolução e que, em conjunto com a Câmara Municipal, organize em 2024 as Comemorações do 50º Aniversários da Revolução libertadora”.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, a Senhora Carmen Figueira, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, o Senhor David Gorgulho, eleito da CDU, Senhor Francisco Lobo, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes e o Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira eleitas do BE, foi apresentada a seguinte proposta: -----

“Eliminar o uso do glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas -----

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva. É de venda livre e fácil acesso. A sua utilização efetua-se ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante. Em Portugal, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos.-----

O único estudo que não indica riscos para a saúde pública é da autoria da Monsanto, empresa detentora do produto, -----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS), na sequência de um estudo realizado em março de 2015, por 17 especialistas, de 11 países, classificou o glifosato como “cancerígeno provável para o ser humano”-----

A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, de acordo com os dados disponibilizados pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. -----

A Ordem dos Médicos considera inaceitável a inação do governo ao não proibir o glifosato, e com isso poder evitar casos de cancro (ver editorial do boletim de julho/agosto 2015 (nº 161) da Ordem dos Médicos, assinado pelo Dr. José Manuel Silva. Em março de 2014, a Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora, lançaram um apelo público para que as autarquias portuguesas deixem de usar glifosato nos espaços

urbanos, alertando para o risco ambiental e para a saúde pública desta prática generalizada no país. -----

O glifosato representa um risco para a saúde pública. É imperioso a promoção de espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Nesse sentido apresentamos a presente proposta de recomendação, visto que a população do concelho de Santiago do Cacém não pode continuar a ser exposta a este produto carcinógeno nos espaços públicos quando há alternativa. -----

Várias autarquias (de perfil mais urbano ou mais rural) já abandonaram o uso do glifosato ou têm planos para o abandonar, o que significa que deixar de usar este pesticida é não só uma necessidade, mas também uma possibilidade. Santiago do Cacém deve seguir o mesmo caminho. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária a 26 de abril de 2023, delibera recomendar à Câmara Municipal de Santiago do Cacém: --

1. Que implemente um plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros.-----

2. Que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos;-----

3. Que se declare como “Autarquia com espaços públicos livres de glifosato”.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, o Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleito do CHEGA, o Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha e a Senhora Carmen Figueira, eleita do BE. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria com catorze votos a contra**, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Rui Estevan de Matos, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez abstenções, sendo seis das e dos eleitos da PS, Senhor/a/e/s, António Maria Conceição da Costa, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Cristina Isabel Rodrigues Luís, Ricardo Jorge da Cruz e quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Três votos a favor, sendo um do eleito do PS, Senhor Manuel Botelho Mourão, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

Pelo Senhor Manuel Botelho Mourão, em representação da/do/s eleitas/os do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de maio e pela construção de um futuro de trabalho digno para todos -----

Ao longo da história, tem sido largamente através do trabalho e dos trabalhadores que se tem garantido a existência de condições de vida e de transformação do mundo. No entanto, milhões de homens e mulheres, têm sido vítimas de formas de exploração inqualificáveis, sendo condenados a uma exigência indigna, no quadro de um conjunto de relações de poder, em que a prosperidade e o conforto de poucos, se tem alcançado à custa do sofrimento e da dignidade de quase todos. -----

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, continuam a existir situações que os violam. A humanidade do trabalho e o reconhecimento do seu valor estão ainda longe de ser uma realidade globalmente alcançada. -----

No dia 1 de maio assinala-se o Dia do Trabalhador – data consagrada PELO Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada laboral para oito horas. A expressão dessa manifestação, contribuiu para a consciencialização da humanização do trabalhador e da relevância dos seus direitos. -----

O dia 1 de maio representa, acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social, da redução das desigualdades, para a qualidade de vida dos trabalhadores. -----

Mas o reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho. -----

Atento a essa necessidade, o Governo de Portugal, apresentou para a presente legislatura uma proposta ambiciosa que altera a legislação laboral, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno. -----

Tais alterações irão entrar em vigor no próximo 1º de maio, com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho. Esta agenda inclui 70 medidas ao serviço dos trabalhadores e empresas, que assentam em 4 eixos: -----

- . Combater a Precariedade; -----
- . Valorizar os Jovens no Mercado de Trabalho; -----
- . Promover a melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; -----
- . Dinamizar a negociação coletiva e a participação dos trabalhadores. -----

A Agenda do Trabalho Digno continua o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contratação coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram com a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibram ainda mais as relações laborais, que dignificam e valorizam os trabalhadores, e que

criam condições para que o trabalho do futuro seja, de facto, um trabalho digno para todos.-----

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na busca de direitos e da sua consolidação, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida no dia 26 de abril, delibera: -----

1. Saudar os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Santiago do Cacém, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;-----

2 Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de moção para discussão. -----

Interveio o Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Pela Mesa da Assembleia Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: -----

Nomear a Comissão Restrita para a criação da Assembleia Municipal Jovem, composta por um eleito de cada força política com representação na Assembleia Municipal: -----

Paula Maria de Melo Lopes, Presidente da Assembleia Municipal;-----

Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, eleita pela CDU; -----

Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, eleito pelo PS;-----

Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais; -----

Carmen Sofia Martins Figueira, eleita pelo BE;-----

Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleito pelo CHEGA; -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

ORDEM DO DIA: -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Documentos de Prestação de Contas 2022.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas individuais de 2022, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro –Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na redação atual, e da Instrução n.º 1/2019 e Resolução n.º 6/2022 do Tribunal de Contas, onde constam os seguintes dados: -----

□ Balanço -----	
o Total do ativo -177.007.702,85€ -----	
o Património líquido -162.294.062,85€ -----	
o Passivo -14.713.640,00€ -----	
□ Demonstração de Resultados -----	
o Rendimentos -33.303.380,76€ -----	
o Gastos -33.226.818,36€ -----	
o Resultados Líquidos -76.562,40€ -----	
□ Demonstração Fluxos de Caixa -----	
o Recebimentos -34.832.564,37€ -----	
o Pagamentos -34.986.776,95€ -----	
□ Demonstração Desempenho Orçamental -----	
o Recebimentos -34.714.805,96€ -----	
o Pagamentos -34.855.261,89€ -----	
□ Saldos Iniciais -----	
o Operações Orçamentais -5.601.660,51€ -----	
o Operações de Tesouraria -296.720,97€ -----	
□ Saldos Finais -----	
o Operações Orçamentais -5.461.204,58€ -----	
o Operações de Tesouraria -282.964,32€ -----	

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea i) do n.º1 do artigo nº 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e na alínea I do n.º 2 do artigo 25.º da mesma Lei, na redação atual. -----

*Documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram o Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, o Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, o Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e o Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com catorze votos a favor**, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Rui Estevan de Matos, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Dez votos contra, sendo seis das e dos eleitos da PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, António Maria Conceição da Costa, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Cristina Isabel Rodrigues Luís e quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos,

Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Três abstenções, sendo uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e uma do eleito do Chega Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte

Declaração de Voto: “Votamos contra os documentos de prestação de contas: -----

1º Por termos votado contra o orçamento para 2022; -----

2º Pelo elevado saldo que transita para o ano 2023; -----

3º Por pensarmos que a Câmara não deve ter como único objetivo obter lucro, deve sim aplicar com eficácia o orçamento e dar resposta às necessidades dos seus Municípios”. --

Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Nos dois orçamentos anteriores o Bloco de Esquerda votou contra, na medida em que nenhuma das nossas propostas tiveram acolhimento, quando apresentadas no âmbito da reunião ao abrigo do Direito de Oposição. Lembramos que são propostas fundamentais para as populações, como é o caso de um mercado social de habitação ou de uma transição energética justa, entre outras propostas executáveis.-----

Este ano pelos mesmos motivos, abstermo-nos. E porquê? -----

Porque entendemos que dentro do contexto atual, num quadro inflacionário esmagador e indigno, tendo no conta a assunção compulsiva da transferência de competências na área da ação social e mais uma infinidade de medidas e falta delas por parte do governo central, ausência de regulação em áreas centrais que atingem o coração dos municípios e ainda assim mantendo, do que nos é dado a conhecer no documento, equilíbrio e previsibilidade nas contas, duas características que em tempos difíceis, protegem as populações mais vulneráveis das políticas centrais que os esquecem”. - -----

b) Relatório Semestral do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual **DEU CONHECIMENTO** do relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao exercício de 2022, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual. -----

*Documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

c) Interesse público no arrendamento por ajuste direto à Badoca Safari Park. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal do parecer de interesse público no arrendamento por ajuste direto à Badoca Safari Park. -----

FUNDAMENTOS: De facto: O Badoca Safari Park é dos equipamentos turísticos mais visitados do município de Santiago do Cacém e tem uma importância fulcral na visibilidade, desenvolvimento e promoção deste território no nosso país e além-fronteiras.-----

De direito: Alínea K nº 2 do art.º 25 e alínea CCC) nº 1 do art.º 33 do regime das autarquias locais aprovado pela lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, Com vinte e seis votos a favor, sendo catorze**, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Rui Estevan de Matos, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitos da PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, António Maria Conceição da Costa, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Cristina Isabel Rodrigues Luís e Ricardo Jorge da Cruz, quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do Chega Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----
Uma abstenção da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, 05 de maio de 2023

A PRESIDENTE

paula	Assinado de
maria	forma digital
daniel de	por paula maria
melo	daniel de melo
lopes	lopes
	Dados:
	2023.05.05
	10:37:42 +01'00'